



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021
COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE PARNAÍBA
PROCESSO Nº 016/2021
CÓDIGO UASG: 928409**

EDITAL

A **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA**, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por meio de Portaria que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO TIPO: Menor Preço.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA: Empreitada por Preço Global.

3. DA BASE LEGAL: Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ZPE PARNAÍBA (RILC) e o disposto no presente edital e seus anexos.

4. DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KIT DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA PARA A ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

4.1. A licitação será realizada com item único, conforme constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para KIT COMPLETO DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM.

4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Serviços – CATSER do Compras Governamentais e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. O edital está disponível gratuitamente nos sítios www.zpeparnaiba.com.br e www.comprasnet.gov.br.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, pela pregoeira Eliane Mara de Moraes Aguiar, telefone 86 99826 0505.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/03/2021.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 19/03/2021, às 09H

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 19/03/2021, às 09H

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para, no mínimo, 48h (quarenta e oito horas), a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DO SETOR DE LICITAÇÕES

7.1. Rua Dom Pedro I, s/n, antiga estrada do Fio Telégrafo, Bairro Primavera, Parnaíba – PI

7.2. Horário de expediente do Setor de Licitações: das 08h às 13h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios da COMPANHIA.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

9.1.1 As regras para credenciamento estarão disponíveis no *site* constante no subitem 5.2, deste edital.

9.2. Tratando-se de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e as Cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema *Comprasnet* para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto em Lei.

9.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.4. É vedada a participação nos seguintes casos:

9.4.1. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.4.2. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da ZPE PARNAIBA.

9.4.3. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a ZPE PARNAIBA.

9.4.4. Declaradas inidôneas pela Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

9.4.5. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

9.4.6. Cujo Estatuto ou Contrato Social não inclua no objetivo social da empresa, atividade compatível com o objeto do certame.

9.4.7. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.

9.4.8. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea.

9.4.9. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

9.4.10. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

9.4.11. Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

9.4.12. Empregado ou dirigente da ZPE PARNAIBA, como pessoa física.

9.4.13. Quem tenha relação de parentesco até o terceiro grau civil, com:

9.4.13.1. Dirigente ou empregado da ZPE PARNAIBA, neste último caso, quando as atribuições do empregado envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação.

9.4.13.2. Autoridade do ente público a que a ZPE PARNAIBA esteja vinculado.

9.4.14. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ZPE PARNAIBA, há menos de 6 (seis) meses.

9.4.15. Possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis legais ou técnicos, membros do conselho técnico, fiscal, consultivo, deliberativo ou administrativo, qualquer pessoa que seja membro da Administração da ZPE PARNAIBA.

9.4.16. Servidor da ZPE PARNAIBA ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro sejam funcionários ou empregados públicos da entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.5.17. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço cpl.zpeparnaiba@gmail.com. Indicar o nº do pregoão e o pregoeiro responsável.

10.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido desta.

10.2. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente.

10.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no sistema e vincularão os participantes e a Administração.

10.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A licitante que for cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF do Governo Federal ficará dispensada da apresentação dos documentos de habilitação que nele constem.

11.1.1. O Setor de Licitações verificará eletronicamente a situação cadastral, caso esteja com algum(ns) documento(s) vencido(s), a licitante deverá apresentá-lo(s) dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em sítios oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

11.1.2. Existindo restrição no cadastro quanto ao documento de registro ou inscrição em entidade profissional competente, este deverá ser apresentado em situação regular, exceto quando não exigido na qualificação técnica.

11.1.3. É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pela CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.2.1. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada.

11.3. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA CONSISTIRÁ EM:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.4. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA CONSISTIRÁ EM:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, devidamente atualizada.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e considerando o disposto no art. 3º, da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

11.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.4.1.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou da Cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarada a vencedora, para a regularização do(s) documento(s), podendo, tal prazo, ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

11.4.1.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista até o final do prazo estabelecido implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

11.4.3. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, as proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

11.5. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONSISTIRÁ EM:

- a. Atestado (s) de desempenho anterior comprovando o fornecimento de balança rodoviária com células de carga digital e com sistema de automação com identificação automática do veículo por RFID e OCR, a instalação e o suporte de sistema de porte equivalente ao licitado neste projeto, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, neste caso, o CREA;
- b. Registro ou inscrição de pessoa jurídica, habilitando-a para execução do objeto da presente contratação, expedida pelo CREA da circunscrição da licitante, válida na data da apresentação da proposta;
- c. Apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica (Anexo V), na qual deverá constar a qualificação do (s) responsável (is) técnico (s) pela execução do serviço, assinado por todo (s) indicado (s) e pelo representante legal da CONTRATADA. O responsável técnico deverá ser um profissional de nível superior – Engenheiro Civil, Mecânico ou eletricista, de acordo com disposto no art. 12 da Resolução n.º 218 do CONFEA. A equipe deverá ainda ser constituída por profissionais com experiência comprovada e abranger as áreas de atuação a que se refere o serviço.

11.6. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA CONSISTIRÁ EM:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica.

a.1) Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005.

a.2) No caso da licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O Balanço Patrimonial deverá estar assinado por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.3) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de liquidez geral (LG), solvência geral (SG), e liquidez corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), resultantes de aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "On-line" no caso de empresas inscritas no SICAF:

b.4) Índice de liquidez geral

$$ILG = \frac{AC + RL}{PC + EL}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

RL = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

EL = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo total

b.5) Índice de liquidez corrente

$$ILG = \frac{AC}{PC}$$

b.6) Índice de solvência geral:

11.7. A licitante deverá declarar no sistema *Comprasnet* que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

12. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. As licitantes encaminharão, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.

12.2. A proposta deverá explicitar, nos campos “VALOR UNITÁRIO (R\$)” e “VALOR TOTAL (R\$)”, os preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital. O Campo “descrição detalhada do objeto ofertado” deverá ser preenchido.

12.2.1. A proposta deverá ser anexada, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal, redigida em Língua Portuguesa em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas e quantitativos, nos termos do Anexo I - Termo de Referência, deste edital.

12.2.2. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua emissão.

12.3. As licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação por elas apresentados, até o término do prazo para recebimento.

12.4. Não será estabelecida nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

12.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação pelo Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12.6. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

12.6.1. Obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção, dos documentos que são válidos, tanto para matriz, como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

12.6.2. O documento obtido através de sítios oficiais que esteja condicionado à aceitação via internet terá sua autenticidade verificada pelo Pregoeiro.

12.6.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para Língua Portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.6.3.1. Documentos de procedência estrangeira emitidos em Língua Portuguesa também deverão ser apresentados consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

12.6.4. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

13. DA ABERTURA, ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS E ETAPA DE LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública pela internet, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

13.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

13.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.2.2. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

13.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão do envio de lances.

13.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

13.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5.1. O lance deverá ser ofertado para o valor total do item ÚNICO.

13.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1.000,00 (mil reais).

13.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

13.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "Aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto nº 10.024/2019.

13.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

13.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

13.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

13.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo Próprio do sistema.

13.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

13.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos fornecimentos.

13.22.1. No país;

13.22.2. Prestados por empresas brasileiras;

13.22.3. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.22.4. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

13.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

15. DA LICITANTE ARREMATANTE

15.1. O pregoeiro poderá negociar, exclusivamente pelo sistema, em campo próprio, a fim de obter melhor preço.

15.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

15.3. Definido o valor final da proposta, o Pregoeiro convocará a arrematante para anexar em campo próprio do sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a proposta de preços com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado.

15.3.1. A proposta deverá ser anexada em conformidade com o item 12.2, deste edital.

15.4. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

15.5. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 4 (quatro) horas, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

15.6. O descumprimento dos prazos acima estabelecidos é causa de desclassificação da licitante, sendo convocada a licitante subsequente, e assim, sucessivamente, observada a ordem de classificação.

15.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

16.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL observadas todas as condições definidas neste edital.

16.2. Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou ainda, se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

16.3. A licitante remanescente que esteja enquadrada no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocada para, na sala de disputa, utilizar-se do direito de preferência, ofertando, no prazo de 5 (cinco) minutos, novo lance inferior ao melhor lance registrado no item.

16.4. Serão desclassificadas as propostas que:

16.4.1. Contenham vícios insanáveis.

- 16.4.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório.
- 16.4.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis.
- 16.4.4. Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação após encerrada a negociação de menor preço.
- 16.4.5. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela ZPE PARNAIBA.
- 16.4.6. Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre as licitantes.
- 16.5. A ZPE PARNABA poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.
- 16.6. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

17. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 17.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo mínimo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 17.1.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, delineando o fato e o direito que a licitante deseja ver revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.
- 17.1.2. O Pregoeiro examinará, em juízo de admissibilidade, a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 17.1.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 17.1.4. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 17.1.5. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer no prazo estabelecido importará a decadência desse direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 17.1.6. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 17.1.7. Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 17.1.8. Para efeito do disposto no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.
- 17.1.9. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 17.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.
- 17.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.
- 17.5. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.
- 17.6. A homologação deste Pregão compete ao Diretor-Presidente, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC.
- 17.7. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.
- 17.3. O sistema gerará ata circunstanciada na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

18.2. Compete ao licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

19.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

19.3. Quando a adjudicatária não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidada outra licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

19.4. A forma de pagamento, prazo contratual, reajuste, recebimento, obrigações das partes e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas nos Anexos I e II deste edital.

19.5. As despesas que atenderão à contratação correrão à conta de recursos próprios da Companhia.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

20.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas

possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em Lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la, por razões de interesse público, anulá-la, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

21.1.1. A revogação ou a anulação da licitação após a apresentação de propostas ou lances, somente será efetivada depois de se conceder as licitantes que manifestem interesse em contestar o respectivo ato, prazo hábil a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

21.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo Pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

21.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida à licitante, ainda que se trate de originais.

21.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Companhia Administradora da ZPE PARNAIBA. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.6. Os representantes legais das licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.7. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não implicará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.8. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

21.9. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos ao objeto da licitação, à Administração e às licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

21.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

21.12. Fica a critério das licitantes visitas ao local onde serão executados os serviços. Estas visitas deverão ser marcadas antecipadamente, com o Sr. Jean Portela, técnico da Companhia, pelo email: jeancarlopportela@gmail.com ou pelo telefone (86) 99429 6549 (Débora).

21.12.1. A ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da opção por não realizar a vistoria é de inteira responsabilidade da licitante.

21.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Parnaíba, Estado do Piauí.

22. DOS ANEXOS

22.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO III – MODELO PARA FORMULAR PROPOSTA
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
ANEXO VI – MATRIZ DE RISCO

Parnaíba - PI, 04 de março de 2021.

ELIANE MARA DE MORAES AGUIAR
Pregoeira

PAULO ROBERTO CARDOSO DE SOUSA
Vice Presidente da Companhia Administradora da ZPE Parnaíba



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO BÁSICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KIT DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA PARA A ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA.

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVOS DO PROJETO

Contratação de empresa especializada para a aquisição e instalação de Kit de Sistema Automatizado para Pesagem e Controle de Acesso de Veículos de Carga, incluindo garantia.

1.2. ABRANGÊNCIA

Este termo de referência considera a aquisição de Kit de Sistema Automatizado para Pesagem e Controle de Acesso de Veículos de Carga para atender a demanda da ZPE-Parnaíba.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Atendimento da Portaria nº 057, de 05 de agosto de 2010 da Receita Federal do Brasil, visando coibir fraudes, uniformizar procedimentos e controlar a movimentação de granéis sólidos destinados à exportação dentro da jurisdição alfandegária da Receita Federal do Brasil na Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba.

Atendimento as portarias locais da Receita Federal do Brasil nº 30, de 26 de Junho de 2012 e a Portaria nº 3.518, de 30 de Setembro de 2011.

Validação dos dados de acesso de veículos e cargas para a publicação, em atendimento ao ADE – Ato Declaratório Executivo Coana/Cotec nº 02 de 26 de Setembro de 2003.

Automatizar o processo de pesagem (sem necessidade de um operador para cada balança ou acesso) com a utilização de localizador/transponder e OCR (reconhecimento de placa e contêiner), dificultando fraudes.

Restringir (bloquear) o acesso de veículos não cadastrados na pesagem ou no ponto de acesso, com a utilização de cancelas.

Verificar o posicionamento correto dos veículos, impedindo o registro da pesagem com caminhão com roda fora da plataforma, com utilização de sensores de posicionamento.

Capturar imagens dos veículos, armazená-las e possibilitar a visualização dos mesmos em Sistema Web (acessado através de navegadores de internet) para consultas e auditorias e disponibilização para Receita Federal.

Orientar os motoristas durante o processo com a utilização de semáforos e displays de mensagens.

Reduzir o tempo de pesagem e acesso com a utilização da automação com antenas de transponder e OCR.

3 - JUSTIFICATIVA QUANTO À OPÇÃO DE AQUISIÇÃO COM JULGAMENTO POR MENOR PREÇO PARA O ITEM ÚNICO

O critério de julgamento das propostas deverá ser pelo tipo MENOR PREÇO, desde que atendam às especificações e disposições constantes neste termo de referência.

A opção por Menor Preço para o item único se faz necessária pelo fato dos serviços e produtos fornecidos serem parte integrante de uma mesma solução integrada, que irão prover o funcionamento de uma estrutura única e interconectada, na qual, cada etapa, desde a montagem até a manutenção, prescinde de imediata complementação e aplicação de insumos e produtos específicos, que deve ser realizado por uma mesma equipe, empenhada na frente de trabalho a fim de propiciar diminuição de custos de logística e mobilização, promovendo celeridade e mitigação de riscos.

A modalidade escolhida resulta em uma contratação mais célere e adequada, devido à complexidade, urgência e características intelectuais do objeto a ser contratado. Sendo assim, percebe-se que é de fundamental importância que alguns itens sejam alocados no mesmo lote.

3. DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de Sistema Automatizado de Pesagem e Controle de Acesso de Veículos de Carga.

4. ESTIMATIVA MÁXIMA DE CUSTOS

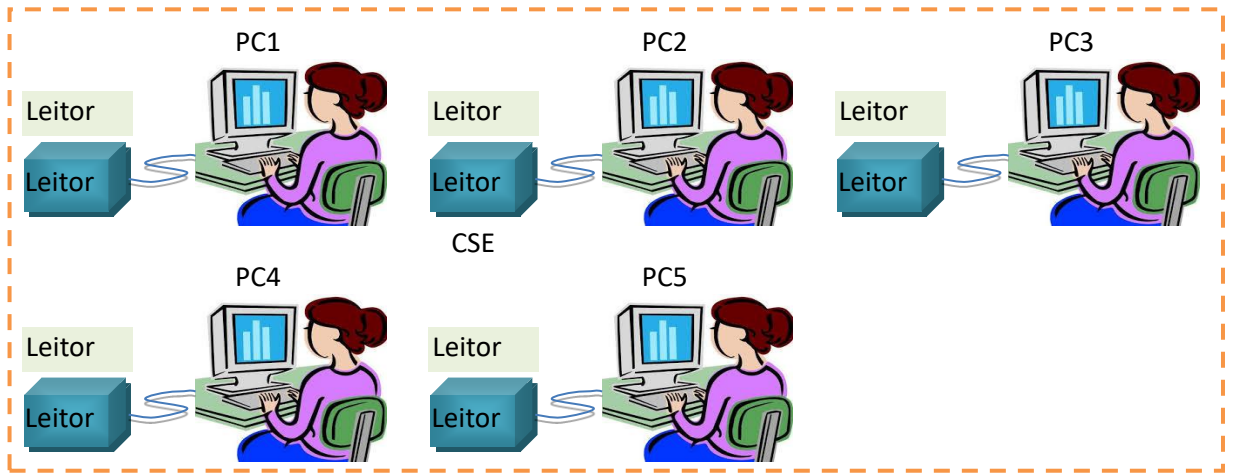
4.1. o custo total estimado para a aquisição objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 2.352.000,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e dois mil reais)**. O critério utilizado para a formação da estimativa foi de média dos preços praticados no mercado.

LOTE 1 – KIT DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Total
01	KIT DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA	01	R\$ 2.352.000,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e dois mil reais)

5. ARQUITETURA DO SISTEMA

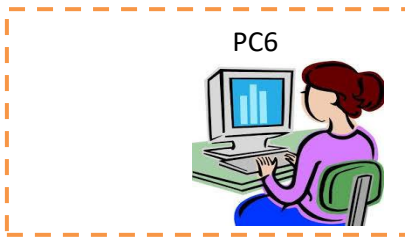
5.1. Cadastramento de veículos – (Cadastro e associação do transponder)

Computador com Software de Gerenciamento da Pesagem e leitor para cadastramento de transponder (TAG).



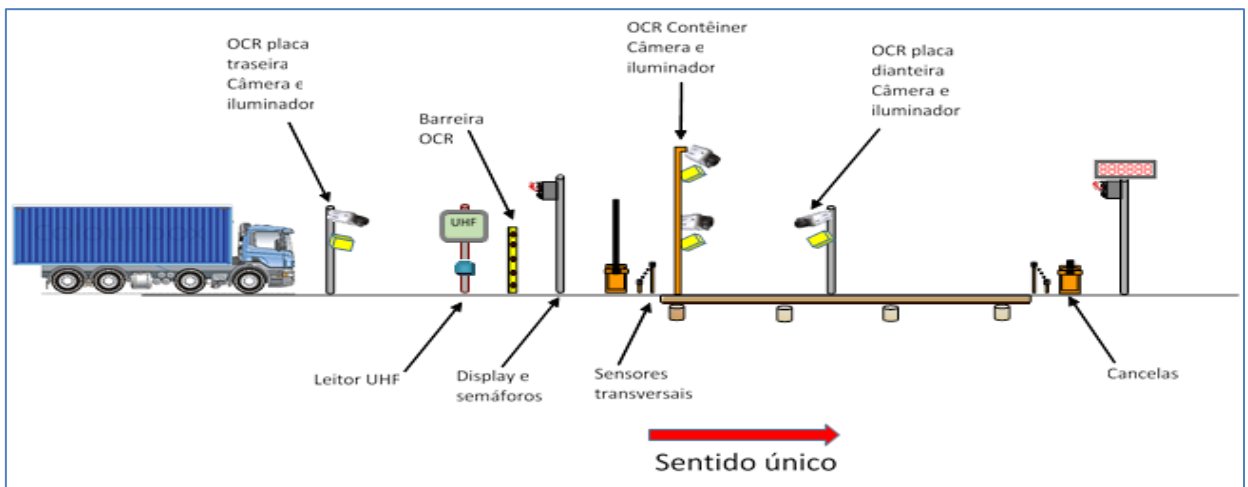
Administração

Computador com Software de Gerenciamento da Pesagem.



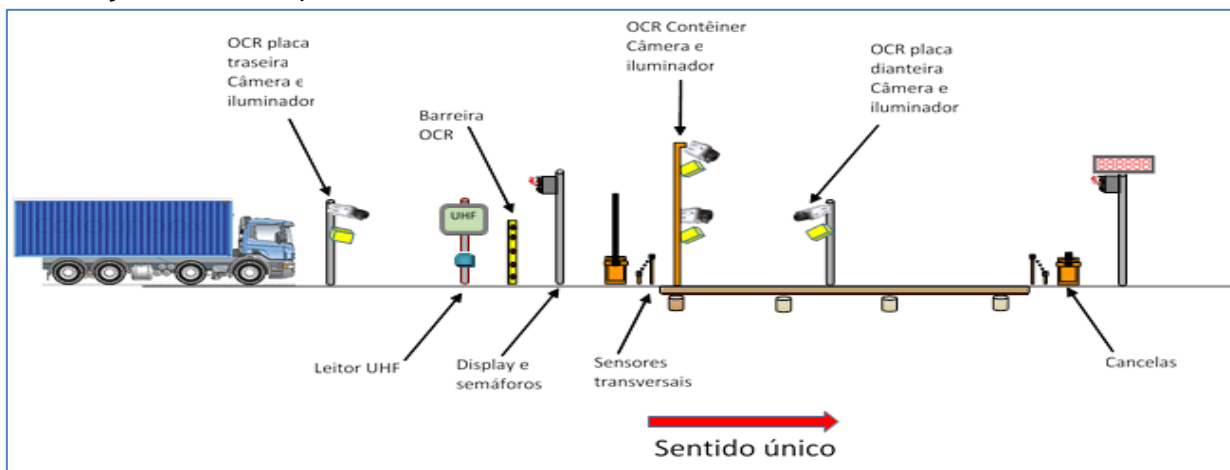
5.2. Balança de Entrada

Automação e OCR de placas e contêineres.



5.3. Balança de Saída

Automação e OCR de placas e contêineres.



5.4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SISTEMA

O Sistema deverá permitir que o tráfego de pesagem nas balanças seja realizado em SENTIDO UNICO;

O Sistema deverá permitir que o processo de pesagem seja realizado de forma totalmente automática, sem a necessidade de operador na cabine de controle de pesagem, para tanto utilizando leitores de transponder e câmeras OCR na entrada da balança, permitindo assim a identificação automática dos caminhões e containers;

O Sistema deverá consistir em se o transponder lido possui vínculo com as placas do cavalo e da carreta e a identificação do container obtidas via OCR;

O Sistema deverá notificar via e-mail e alarme audiovisual sobre a ocorrência de divergências e (ou) erros no processo de validação das leituras obtidas pelo sistema OCR;

O Sistema deverá orientar os motoristas quanto à sua autorização para entrada e saída da plataforma de pesagem através de sinalização semafórica;

O Sistema deverá garantir que os veículos estejam posicionados corretamente na plataforma de pesagem através de sensores de verificação de posicionamento;

O Sistema deverá bloquear a entrada e a saída da plataforma de pesagem através de cancelas. De modo a evitar que a haste das cancelas colida com os veículos durante o fechamento, as cancelas deverão contar com sensores de verificação de posicionamento. O Sistema deverá orientar os motoristas através da exibição de mensagens via display instalado na saída da balança;

O Sistema deverá utilizar as fotos dos veículos de carga obtidas pelo OCR e imprimi-las no tíquete de pesagem;

O Sistema deverá permitir a integração de dados por meio de plataforma "WebService" entre o Software de Gerenciamento de Pesagem e o Sistema Corporativo (ERP).

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 1: KIT COM SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA, contendo:

6.1. BALANÇA RODOVIÁRIA ELETRÔNICA

6.1.1. Dimensões da plataforma: 30m x 3,2m

6.1.2. Capacidade máxima: 120.000 Kg

6.1.3. Precisão: Possuir divisão máxima de 10 Kg, de forma a melhorar a exatidão das pesagens, como opção poderá ter a função de dupla faixa de pesagem, como segue:

0 a 80.000 Kg: divisão de 10 Kg

Acima de 80.000 Kg: divisão de 20 Kg

6.1.4. Tecnologia: Totalmente eletrônica

6.1.5. Versão de montagem: Embutida

6.1.6. Células de carga

Deverão ser dotadas de microprocessadores internos individuais responsáveis pela emissão de sinais digitais desde a sua origem, que monitore continuamente o desempenho e automaticamente compense variações causadas por influências externas, tais como: mudanças de temperatura, não-linearidade, histerese, carregamento fora de centro e fluência. Garantindo assim rigor metrológico.

Deverão possuir sensor que detecta qualquer tipo de ruptura no invólucro da célula de carga e sensor de inclinação que detecta alterações na estrutura mecânica, garantindo maior segurança e vida útil ao conjunto eletrônico.

Devem possuir invólucro hermeticamente selado, com conectores blindados, fabricada 100% em aço inoxidável polido, com conector blindado, aprovada e certificada sob os graus de proteção IP68 e IP69K, resistindo à imersão e a jatos d'água de alta pressão e alta temperatura.

Castanhas em aço inoxidável, de modo a assegurar alto nível de resistência à corrosão, projetadas com geometria que garanta a volta da carga à posição vertical, eliminando o efeito de cargas laterais.

Devem ser testadas, aprovadas, certificadas e com garantia de 5 anos contra descargas atmosféricas, de forma a assegurar a integridade do sistema de pesagem.

6.1.7. Terminal de pesagem: Totalmente eletrônico, com sistema inteligente que efetue detecção automática de falhas por célula de carga conectada, garantindo seu perfeito funcionamento e eliminando a ocorrência de erros de medição durante as pesagens e indicando, em casos de manutenção, a célula danificada.

Preferencialmente o terminal de pesagem deverá possuir display gráfico colorido, possibilitando uma fácil visualização.

Possuir total imunidade a interferências por radiofrequência, em conformidade com padrões internacionais, tanto em intensidade de campo quanto em espectro de frequências abrangidas.

Possuir caixa construída em aço inoxidável AISI 304, com grau de proteção IP68 e IP69K, proteção total contra penetração de pó, jatos d'água/vapor de alta pressão (80 à 100 bar) com temp. de até 80° C.

A alimentação do terminal de pesagem deverá ser multivoltagem, com fonte chaveada ou full range, operando em 110/220 VCA.

Ter resistência à operação em ambiente de trabalho com temperatura de até -10° à +40° C.

Possuir conexão para microcomputador.

Possuir memória interna, não deletável pelo operador, que registre, no mínimo, as 250.000 últimas pesagens realizadas (Data/Hora/Peso), independente do software de gerenciamento da pesagem, para auditorias, auxiliando na detecção de fraudes e desvios de carga.

Não possuir qualquer senha ou forma de restrição à manutenção, acesso ou ajuste do mesmo, além daqueles exigidos pela Portaria 236 do INMETRO, não restringindo ajustes e manutenção somente ao fabricante do equipamento.

Atender plenamente a Norma 236/94 do INMETRO.

6.1.8. Estrutura: Estrutura metálica projetada para atuar em ambiente agressivo, apta para receber cobertura em concreto, construída de acordo com as normas técnicas aplicáveis. A plataforma deve empregar perfis metálicos comprovadamente certificados e parafusos com tratamento de superfície. Deve possuir limitadores longitudinais e transversais que propiciem segurança e uma maior vida útil do equipamento.

6.1.9. Cabo de interligação: Com dupla blindagem em aço inoxidável, inclusive camada externa, para evitar esmagamento e a ação de roedores, garantindo maior resistência. Camadas de borracha e cabo de aço anti-tração são necessários para evitar a infiltração de umidade, produtos químicos ou outras causas similares de provável destruição.

6.1.10. Sistemas de transferências de sinais: Todo o cabeamento deverá atender rigorosamente às exigências, necessidades e condições operacionais próprias e específicas do local de instalação e operação das balanças. O sistema deve possuir rede de comunicação de alto desempenho, preferencialmente, a ligação entre as células de carga e terminal indicador deverá dispensar o uso de caixas de junção, tornando o equipamento imune a infiltrações e umidade e com um menor número de conexões. Caso o equipamento requeira caixas de junção, elas deverão ser confeccionadas 100% em aço inoxidável, possuir certificação IP68 e IP69K; a prova d'água, totalmente submersível, proteção total contra penetração de pó, jatos d'água/vapor de alta pressão (80 à 100 bar) com temperatura de até 80°C. A fim de garantir imunidade contra infiltrações e umidade.

6.1.11. Proteção aos equipamentos e operadores: Sistema de proteção contra sobretensões projetado para atuação contra surtos de tensão, tais como os provenientes de raios, manobras em subestações de energia elétrica, partida e parada de motores, etc. O sistema deverá ser composto, no mínimo, de: protetor de entrada de energia; haste de aterramento para a instalação elétrica da balança e aterramento da estrutura metálica. O terminal de pesagem, as células de carga, o sistema de transferência de sinais e todo o cabeamento deverão ser dotados de filtros e componentes para proteção contra surtos de tensão.

6.2. AUTOMAÇÃO PARA O SISTEMA DE PESAGEM

6.2.1. A automação objetiva realizar o monitoramento dos processos de pesagem e a liberação do veículo na balança somente após o mesmo ser devidamente cadastrado e liberado para efetuar a pesagem.

6.2.2. Deve garantir que somente seja liberado para descarregamento ou carregamento após está posicionado corretamente na balança e com seu peso devidamente gravado no sistema da CONTRATANTE.

6.2.3. Todos os equipamentos que compõem a solução serão instalados na dependência da CONTRATANTE e deverá ser composto de:

1. Sistema de gerenciamento da pesagem
2. Leitor RFID
3. Painel de controle de automação
4. Câmeras
5. Cancelas
6. TAG
7. Sensores com suportes
8. Semáforos em postes
9. Display com poste
10. Integração com os sistemas corporativos da CONTRATANTE.

6.2.4. SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA PESAGEM: o software deverá realizar o gerenciamento dos processos de pesagem de veículos no recebimento e expedição de materiais diversos, e deve permitir a integração de dados de processo com o sistema corporativo (ERP).

O software deverá oferecer no mínimo os seguintes recursos:

Possibilidade de cadastro de usuários/senhas, produtos, fornecedores, clientes, transportadores, motoristas (inclusive a foto do mesmo), veículos e taras.

Possibilidade de gerar relatórios de movimentação das pesagens por períodos, veículos em carga ou descarga e cadastros em geral.

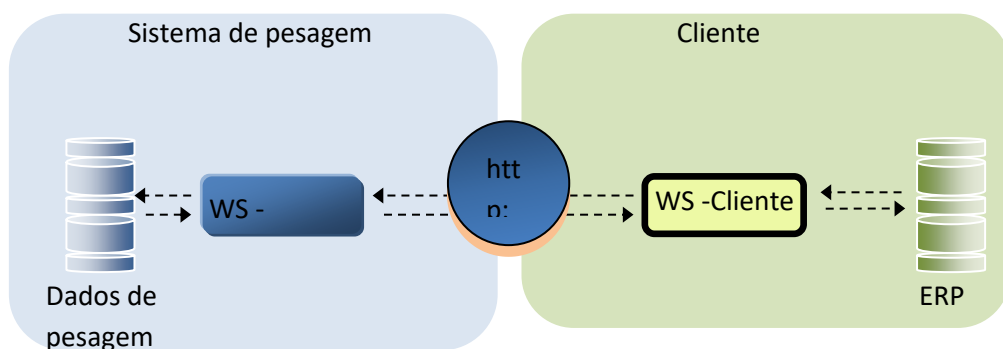
Possibilidade de executar pesagem estimativa de peso por eixo em balanças embutidas ou semi-embutidas.

Possibilidade de gerar ticket de pesagem inicial e final para impressão com a foto do veículo e contêineres (se houver).

Possibilidade de utilização de transponder (RFID), cancelas, sensores de posicionamento, display de mensagens, câmeras para fotografar o veículo, semáforos gerenciados pelo software, permitindo efetuar pesagens sem a necessidade de operador na balança para cadastrar ou liberar acesso aos veículos.

O sistema de gerenciamento deve permitir instalação em microcomputador ou servidor com sistema operacional Windows com rede de dados (Ethernet) e possuir banco de dados (MSSQL Server).

O software de gerenciamento da pesagem deverá permitir a Integração dos dados das pesagens com o sistema corporativo (ERP), por meio de ferramenta Web Service. A figura abaixo ilustra o esquema de funcionamento MÍNIMO do sistema:



No OCR junto com o sistema de pesagem, o software de gerenciamento da pesagem deve possuir recurso configurável para bloquear automaticamente o veículo se houver divergência entre dado capturado pelo OCR e o dado cadastrado no sistema de gerenciamento da pesagem.

6.2.5. PAINEL DE CONTROLE DA AUTOMAÇÃO: Painel para interligação de todos os periféricos ao software de gerenciamento.

A comunicação do software com o painel de controle da automação e periféricos deve ser Ethernet (TCP/IP).

Para garantir segurança operacional o painel deverá ser capaz de gerenciar os periféricos da automação independente de um microcomputador local.

Deve ser montado em caixa de aço carbono com grau de proteção IP65

Deverão ser interligados as cancelas, os semáforos, sensores transversais e longitudinais, leitores de transponders, impressoras, displays de balanças.

Quantidade: 02 unidades

6.2.6. RFID: Sistema de identificação automática de veículos - deverão ser fornecidos leitores e transponders para identificação automática de veículos em locais definidos, permitindo ou bloqueando seu acesso, conforme fluxo de movimentação dos mesmos. Este sistema deverá ter os seguintes componentes:

Leitores de transponder de mesa para cadastramento dos veículos, com interface serial para conexão com o computador;

Pontos de identificação com antenas e leitores de transponder com conexão Ethernet para identificar veículos;

Transponder tipo retornável ou fixo, somente de leitura, encapsulado para resistir em ambiente severo, podendo ser fixado por meio de braçadeiras não metálicas em caminhões e containers.

6.2.6.1. LEITOR PARA CADASTRAMENTO DE TRANSPONDER

Leitor UHF de mesa, montado com antena e fonte, deverá estar conectado ao microcomputador via interface serial RS-232C.

05 unidades

6.2.6.2.TAG:Transponder tipo cartão, adequado para que o motorista transporte em mãos ou bolso.

Memória mínima: 512 bits

Distância para leitura: até 5 cm (mesa) e até 7m (área externa)

Flexível: NÃO

Quantidade: 50 unidades

6.2.6.3.LEITOR DE TRANSPONDER EXTERNO COM POSTE

Composto por painel com leitor de transponder e interface Ethernet;

UHF com conjunto de proteção para fixação em poste, garantindo maior distância de leitura, facilitando e agilizando a operação, minimizando as filas para pesagem.

Poste de 3 metros para fixação do painel com o leitor, conjunto de proteção e antena para facilitar a leitura do transponder sem que o motorista saia do caminhão.

Quantidade: 02 unidades

6.2.7.SENSORES TRANSVERSAIS: Sensores transversais (nas cabeceiras da plataforma da balança) para garantir a correta posição do veículo sobre a plataforma, de maneira a evitar fraudes e garantir uma pesagem correta do veículo e sua carga.

Os sensores devem possuir grau de proteção IP69K e encapsulados para garantir durabilidade superior mesmo em ambiente agressivo externo e desabrigado.

Devem possuir conjunto suporte de fixação, composto de dois (02) postes aço carbono, com alturas distintas que garantam feixe na diagonal para evitar que ocorra fraude no posicionamento do veículo.

Instalado em diagonal, o feixe será interrompido por qualquer parte do veículo, não somente pelas rodas caso fossem instalados em postes baixos da mesma altura.

Quantidade: 04 unidades

6.2.8. SENSORES LONGITUDINAIS: Sensores longitudinais para garantir a correta posição do veículo sobre a plataforma, de maneira a evitar fraudes e garantir uma pesagem correta do veículo e sua carga.

Quantidade: 04 unidades

6.2.9. CANCELAS (Lado Direito): Cancela para controle de acesso de entrada e saída de veículos da plataforma de pesagem.

Com barreira metálica de 3 metros que tenha a condição de dobrar para os dois lados em caso de colisão com veículo, sem danificá-la.

Deve suportar fluxos acima de 1500 ciclos/dia com alta confiabilidade para uso em ambiente externo e desabrigado.

Para evitar filas, a cancela deve possuir tempo máximo de abertura de 3,5 segundos e fechamento de 3,5 segundos.

Para minimizar paradas de operação com formação de filas de veículos para pesagem, a cancela deverá apresentar MTBF (tempo médio entre falhas) de 5 anos.

Tensão de alimentação: 220 Vac.

Quantidade: 02 unidades.

6.2.10. CANCELAS (Lado Esquerdo): Cancela para controle de acesso de entrada e saída de veículos da plataforma de pesagem.

Com barreira metálica de 3 metros que tenha a condição de dobrar para os dois lados em caso de colisão com veículo, sem danificá-la.

Deve suportar fluxos acima de 1500 ciclos/dia com alta confiabilidade para uso em ambiente externo e desabrigado.

Para evitar filas, a cancela deve possuir tempo máximo de abertura de 3,5 segundos e fechamento de 3,5 segundos.

Para minimizar paradas de operação com formação de filas de veículos para pesagem, a cancela deverá apresentar MTBF (tempo médio entre falhas) de 5 anos.

Tensão de alimentação: 220 Vac.

Quantidade: 02 unidades.

6.2.11. SEMÁFORO: Módulo de alumínio fundido pintado na cor preta.

Deverá ser do tipo led de alta intensidade com uma lente indicando “SETA” em leds verdes e “X” em leds vermelhos, conforme figura abaixo.

Figura meramente ilustrativa

Polycarbonato cristal

Alimentação na faixa de 90 a 240 VAC.

O módulo deve possuir pestanas.

Grau de proteção IP65.

Deve possuir poste galvanizado para fixação com 4 metros de altura e 4 polegadas de diâmetro.

Deve ser possível ajustar a altura do semáforo no poste em altura suficientemente adequada para orientação dos motoristas.



Quantidade: 04 unidades.

6.2.12. DISPLAY DE MENSAGENS: Display para orientação aos motoristas durante a pesagem, enviando mensagens e o peso no final da operação.

Deverá ser monocromático com tecnologia de led vermelho de alta intensidade luminosa.

Visibilidade frontal de 25m, com uma linha de apresentação de 6 a 24 caracteres, para uso em ambiente externo, permitindo visualização diurna e noturna.

Suporte para ser fixado no mesmo poste do semáforo.

Grau de proteção IP65 para instalação em local externo e desabrigado.

Quantidade: 02 unidades

6.2.13. POSTES E SUPORTES: Devem ser fornecidos todos os postes e suportes necessários para a instalação da solução. O conjunto de postes e suportes devem ser galvanizados à fogo por imersão após os processos de furação e soldagem devido ao ambiente agressivo externo e desabrigado do local de instalação.

6.3. OCR – SISTEMA DE RECONHECIMENTO ÓTICO DE CARACTERES

6.3.1. Para garantir a segurança da operação e evitar fraudes, o sistema deve conter recurso para reconhecimento automático de placas de licenciamento de veículos (placa dianteira e traseira) e contêineres.

6.3.2. A CONTRATADA deve fornecer a quantidade necessária de equipamentos e software para atender duas balanças com funcionamento em sentido único.

6.3.3. O sistema deve ter recurso para captura de imagem dos veículos e contêineres, análise da imagem, disponibilização do resultado da identificação e da imagem em arquivo jpg.

6.3.4. Deve realizar duplo check entre a placa cadastrada no sistema de gerenciamento por meio de TAG e a placa lida pelo OCR, e liberar e/ou restringir acesso do veículo a balança ou determinado ponto de controle na planta da CONTRATANTE.

6.3.5. O sistema OCR deve ser composto de:

- Câmeras
- Caixas de proteção para câmeras
- Iluminadores para cada câmera
- Suporte do iluminador
- Painel elétrico
- Poste para fixação dos componentes
- Barreiras óptica para disparo das fotos do sistema OCR em veículos e contêineres
- Alarme audiovisual para sinalizar erro de validação do OCR
- Sistema de consulta via Web e online dos dados obtidos pelo OCR
- Servidor de dados dedicado e
- Software de OCR (licença)

6.3.6. O sistema OBRIGATORIAMENTE deve ter um índice de acerto acima de 90% para placas de veículos e 95% para contêiner

6.3.7. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DAS CÂMERAS

- Resolução mínima de 752x480
- Conexão Ethernet 10/100/1000 Mbps
- Utilizar protocolo IP configurável
- Lente especificada para atender esta aplicação
- Auto íris

Quantidade: 02 conjuntos de câmeras IP para OCR das placas com caixa e suporte de fixação no poste / 02 conjuntos de câmeras IP para OCR dos contêineres com caixa e suporte para fixação

6.3.8. CAIXA DE PROTEÇÃO DA CÂMERA

- Material do corpo – Alumínio extrusado com pintura eletrostática
- Material do visor – Vidro (para reduzir riscos no momento da limpeza)
- Elementos de fixação – Aço inox
- Grau de proteção – IP66

6.3.9. ILUMINADOR COM SUPORTE DE FIXAÇÃO

- O iluminador para a solução de OCR deverá ter iluminação com LEDS na quantidade mínima de 150 unidades
- Possuir grau de proteção IP67

Quantidade: 08 conjuntos de iluminadores para placas e contêineres

6.3.10. BARREIRA ÓPTICA PARA O ACIONAMENTO DAS CÂMERAS: Deverá prever sensoriamento para detectar o início e término da captura do OCR.

- Sensores eletrônicos do tipo industrial para detecção dos veículos
- Não será permitido a utilização de espelhos refletores para a operação
- Os sensores deverão possuir grau de proteção IP67 (similar ou de melhor qualidade) para garantir durabilidade superior mesmo em ambiente agressivo externo e desabrigado
- Alimentação automática de 90 – 240 VCA
- Pintura em epóxi
- Tempo de varredura: 0,002 segundos
- Tempo de resposta: 0,050 segundos

Quantidade: 02

6.3.11. REQUISITOS TÉCNICOS DO OCR

- O software deverá possibilitar uma segurança maior do sistema de pesagem com dupla identificação dos veículos (transponder – TAG x OCR).
- Evitar fraudes devido a troca de TAG pelos motoristas
- Possibilitar bloqueio do veículo na balança em caso da identificação obtida no OCR ser diferente da identificação registrada, conforme regra configurada no sistema.
- Deixar o sistema configurável para que atenda às necessidades de:
 - OCR de placa dianteira e/ou traseira do veículo;
 - Opção para bloquear o veículo em caso do OCR divergir da TAG;
 - Registrar os dados para consulta via tela;
 - Registrar todas as intervenções manuais ocorridas;
 - Permitir consultas das intervenções manuais ocorridas (operador com permissão - senha);
 - Manter um banco de dados com informações consolidadas;
 - Automatizar o processor de pesagem (sem necessidade de operador na balança).
- Deve ser possível configurar regras para a aprovação da identificação do OCR e liberação ou bloqueio dos veículos, conforme abaixo:
 - Todos os caracteres da placa do veículo devem ser iguais ao cadastrado no sistema.
 - Apenas um caractere pode ser diferente
 - Apenas um caractere pode ser diferente exceto o último caractere da direita
 - Em caso de erro (inconsistência no OCR), o software de gerenciamento deve controlar:
 - Envio de e-mail de alerta para pelo menos 02 (destinatários)
 - Soar alarme na cabine de controle (ou local determinado pelo cliente)
 - Não abrir a cancela de saída bloqueando o veículo na balança até que o usuário com permissão (senha) acesse a tela do software de gerenciamento e libere o veículo.

7. PRAZOS DE RECEBIMENTO

7.1. O objeto do presente Edital deverá ser entregue da sede da Companhia Administradora da ZPE Parnaíba – PI, localizada na Rua Dom Pedro I, s/n, antiga estrada do Fio Telégrafo, bairro Primavera, CEP 64.213-901, Parnaíba – PI.

7.2. O prazo total da aquisição, incluindo fornecimento, instalação, configuração, ativação, dos equipamentos e treinamento não deverá ultrapassar **120 (cento e vinte) dias** a partir do recebimento da ordem de serviço/recebimento.

7.3. Após a entrega do objeto e aceitação técnica da CONTRATANTE, será emitido Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

7.4. Após assinatura do contrato, a CONTRATADA em conjunto com a CONTRATANTE, terá 03 (três) dias úteis para realizar vistoria técnica no local a fim de determinar o posicionamento exato do sistema de automação e o seu local de fixação.

7.5. A CONTRATADA poderá propor, se for o caso, as adequações que julgar necessárias para melhor atendimento das funcionalidades e exigências de segurança do local.

7.6. Após a vistoria técnica a CONTRATADA deverá preparar plano de execução em até 10 (dez) dias antes do início dos serviços.

7.7. Deverão ser apresentadas de forma clara as quantidades, marcas, modelos (quando aplicável, apresentar identificação e comprovação do INMETRO da aprovação do modelo), especificações e catálogos de todos os materiais, equipamentos e sistemas de informática previstos para execução e entrega da solução.

7.8. Após o fornecimento completo do objeto licitado será realizada vistoria técnica por equipe designada pela CONTRATANTE.

7.9. O prazo máximo para a vistoria será de 10 (dez) dias a contar da data de entrega do projeto. No caso de não aceite de qualquer dos serviços realizados, a CONTRATADA deverá realizar as correções dentro do prazo para fornecimento do objeto deste projeto básico, sendo ainda válido o mesmo tempo acima citado para uma nova vistoria. Efetuada as correções ou não havendo pendências por parte da contratada, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

8. CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A PROPONENTE deve apresentar as seguintes declarações/certidões:

8.1.1. Atestado (s) de desempenho anterior de atividades pertinentes e compatíveis em natureza, quantidade, qualidade, volume e prazo com o objeto da presente licitação, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, neste caso, o CREA;

8.1.2. Registro ou inscrição de pessoa jurídica, habilitando-a para execução do objeto da presente contratação, expedida pelo CREA da circunscrição da licitante, válida na data da apresentação da proposta;

8.1.3. Apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica (Anexo V), na qual deverá constar a qualificação do (s) responsável (is) técnico (s) pela execução do serviço, assinado por todo (s) indicado (s) e pelo representante legal da CONTRATADA. O responsável técnico deverá ser um profissional de nível superior – Engenheiro Civil, Mecânico ou eletricista, de acordo com disposto no art. 12 da Resolução n.º 218 do CONFEA. A equipe deverá ainda, ser constituída por profissionais com experiência comprovada e abranger as áreas de atuação a que se refere o serviço.

9. CONDIÇÕES DE SUPORTE E GARANTIA

- 9.1. A garantia mínima dos serviços e equipamentos é de no mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.2. A garantia para os itens que compõe a balança (plataforma, células de carga) será de 60 (sessenta) meses, inclusive contra descargas atmosféricas.
- 9.3. A garantia será integral e abrangerá os reparos e substituições necessárias proveniente de falhas de material, montagem ou componentes defeituosos, mão de obra, transporte e deslocamentos de forma que os serviços e equipamentos operem em condições normais de funcionamento.
- 9.4. Excluído de garantia mau uso ou imperícia por parte da CONTRATANTE.
- 9.5. Durante o período de vigência da garantia, a CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência técnica, através de manutenção preventiva e corretiva, para propiciar o perfeito funcionamento dos sistemas.
- 9.6. Todas as despesas com peças, componentes, deslocamentos, hospedagem de técnicos, fretes, tributos, seguros e quaisquer outras despesas que vierem a ocorrer na execução dos serviços de manutenção e assistência técnica durante o período de vigência da garantia serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 9.7. Será de responsabilidade da CONTRATANTE as despesas com peças e componentes que vierem a ser substituídos em função de mau uso ou imperícia por parte de seus empregados ou prepostos.
- 9.8. A garantia dos fabricantes dos equipamentos fornecidos deverá ser totalmente repassada a CONTRATANTE.
- 9.9. Durante o período de vigência estabelecido, deverá ser garantido o acesso gratuito as novas versões do sistema operacional/software dos equipamentos ofertados.
- 9.10. Ao final de cada instalação, deverá ser fornecido pela CONTRATADA, um certificado de garantias dos materiais utilizados e serviços, abrangendo defeito de execução, desempenho e segurança das instalações executadas.

10. MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

- 10.1. A CONTRATADA, após o SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA ser colocado em operação, deverá prestar serviços de manutenção e suporte técnico dos equipamentos durante o prazo de garantia estabelecido.
- 10.2. Deverá disponibilizar número telefônico e endereço eletrônico da central de atendimento a clientes – CAC para o recebimento de reclamações, diagnósticos, soluções de falhas e abertura de chamados técnicos.
- 10.3. A faixa de cobertura para registros e atendimento dos chamados técnicos envolvendo, manutenção e serviços de suporte técnico é de todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados, das 08:00 às 18:00.
- 10.4. O atendimento pode ser realizado de duas maneiras:

Telefônico: para a triagem de problema, com uma primeira tentativa de sanar falha, onde o técnico entrará em contato com a unidade por telefone.

Presencial: Caso o problema ainda persista, uma equipe deve ser encaminhada para o local para sanar o problema.

10.5. Manutenção

Trata-se da manutenção dos equipamentos fornecidos e da garantia dos serviços realizados, os custos com a manutenção dos equipamentos deverão estar inclusos nos valores apresentados na proposta.

A CONTRATADA deverá prestar serviços de manutenção on-site e assistência técnica para propiciar o perfeito funcionamento dos equipamentos e sistemas.

Todas as despesas com peças, componentes, deslocamentos e hospedagem dos técnicos, fretes, tributos, seguros e quaisquer outras despesas que vierem a ocorrer na execução dos serviços de assistência técnica e manutenção durante o período de vigência do contrato, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Serão de responsabilidade da CONTRATANTE as despesas com peças e componentes que vierem a ser substituídos em função de mau uso ou imperícia por parte de seus empregados ou prepostos.

Os serviços de manutenção devem ser realizados segundo instruções do manual técnico de cada equipamento instalado, conforme as técnicas recomendadas pelo fabricante, atendendo ao exigido neste projeto e seus anexos e pelas normas técnicas brasileiras vigentes.

Manutenção preventiva: Deverá ser realizada pela CONTRATADA sem a necessidade de acionamento da CONTRATANTE. A manutenção preventiva compreende a limpeza mensal dos sensores semáforos e display e demais equipamentos de comunicação que atendam o sistema.

Manutenção corretiva: A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre que solicitada pela CONTRATANTE, para eliminação de falhas de uso normal no sistema/equipamentos, através de intervenção remota, via telemanutenção, ou através de envio de técnico da CONTRATADA.

A manutenção corretiva caracteriza-se por uma série de procedimentos, ajustes e reparos executados de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos mesmos, com ou sem a substituição de peças, hardware ou software, para total eliminação da falha ou defeito, visando recolocar o sistema em perfeitas condições de funcionamento.

Os chamados serão classificados em três níveis de criticidade, de acordo com o comprometimento do funcionamento do sistema, tendo prazos de solução diferenciados para cada nível.

Prioridade alta: quando o problema reportado implica em interrupção total de qualquer dispositivo de balança (display, leitor de código de barras, cancela, semáforo, balança, célula de pesagem, software que controla pesagem, etc.). O término do reparo deverá ocorrer em até 04 (quatro) horas subsequentes ao chamado, sendo que este prazo será contabilizado no seguinte período: todos os dias, 24 horas, sendo que o CONTRATADO poderá propor uma solução de contorno.

Prioridade média: quando o problema reportado implica em mau funcionamento (queda de desempenho) do sistema, mas não sua interrupção. O término do reparo deverá ocorrer em até 20 (vinte) horas subsequentes ao chamado, sendo que este prazo será contabilizado no seguinte período: segunda-feira à sexta-feira (08:00 às 18:00). Sábados, Domingos e feriados não serão contabilizados.

Prioridade baixa: Quando o problema reportado não afeta o sistema, porém comprometendo outras características da solução. O término do reparo deverá ocorrer em até 40 (quarenta) horas subsequentes ao chamado, sendo que este prazo será contabilizado no seguinte período: segunda-feira à sexta-feira (08:00 às 18:00). Sábados, Domingos e feriados não serão contabilizados.

A CONTRATADA deverá providenciar 01 (uma) aferição a cada 12 (doze) meses sem ônus à CONTRATANTE para cada unidade de balança.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. A CONTRATADA deverá providenciar a montagem total da solução, incluindo nivelamento e alinhamento, instalação de toda a infraestrutura (exceto qualquer tipo de obra civil, infraestrutura elétrica, infraestrutura de rede lógica de dados, switches, servidores, nobreaks, sistemas operacionais e banco de dados), sistema eletrônico, regulação dos cantos e seções de plataforma.

11.2. Os softwares de gerenciamento de pesagens e OCR deverão se integrar aos sistemas de operações alfandegamento e controle de acesso da CONTRATANTE através de Web Service.

11.3. Não serão aceitos equipamentos, softwares, firmwares ou qualquer funcionalidade que esteja em fase de desenvolvimento, testes ou previstos para implementações em futuras versões.

11.4. A execução dos serviços deverá ser realizada normalmente em dias úteis, durante o período compreendido entre 08:00 e 18:00 horas. Os serviços que causem transtornos às atividades normais da CONTRATANTE deverão ser realizados em períodos previamente agendados com o responsável do local, inclusive, caso necessário, fora do horário normal de expediente, noite, em feriados e em finais de semana.

11.5. Os equipamentos deverão ter capacidade de processamento e memória suficientes para trabalhar com todas as capacidades e funções solicitadas neste projeto, inclusive mais de uma capacidade ou função simultaneamente.

11.6. Cabe a CONTRATADA a verificação (testes) das condições físicas de instalação, fornecida ou já existente, incluindo infraestrutura lógica e elétrica, para a ativação dos componentes da solução a ser fornecida, sendo esta de sua responsabilidade.

11.7. Após a instalação, o técnico da CONTRATADA deverá fornecer por escrito para a CONTRATANTE, endereços IP e parâmetros configurados, nomes de usuários e senhas necessários à completa configuração e operação do sistema. A CONTRATANTE poderá a seu critério alterar a configuração dos equipamentos e da rede, desde que não seja caracterizado o uso indevido dos equipamentos que possa causar dano aos mesmos.

11.8. Qualquer problema na entrega, instalação, configuração e ativação dos equipamentos, devem ser reportados imediatamente à CONTRATANTE. Os problemas originados nos

componentes que estão sendo fornecidos e ativados devem ser resolvidos pela CONTRATADA dentro do prazo solicitado neste projeto.

11.9. O preço proposto para este certame deve englobar os valores relativos a impostos, fretes, seguros, salários, encargos, transportes, equipamentos de segurança individual e demais despesas necessárias ao fornecimento completo do objeto.

11.10. A instalação de qualquer equipamento, software, firmware ou componente da solução deve prever a aplicação de todas as correções publicadas e divulgadas pelo fabricante.

11.11. A CONTRATADA não poderá sob hipótese alguma desligar equipamentos da rede interna de telecomunicações em atividade ou desligar a energia elétrica sem acordo prévio com a área técnica da CONTRATANTE.

11.12. A CONTRATADA é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativos ao objeto proposto.

11.13. Todos os componentes da solução apresentada, seja software, hardware, aplicativo ou qualquer outro dispositivo que trate informações lógicas, devem estar aptos a trabalhar com datas e horário de forma adequada.

11.14. Para o aceite, os equipamentos e seus componentes serão submetidos, a critério da CONTRATANTE, a testes de desempenho e/ou demonstrações de funcionamento, que verificarão funções e parâmetros descritos nesta especificação. Da mesma forma, poderá ser solicitado ambiente para a homologação técnica.

11.15. Só poderão participar desta licitação empresas cuja finalidade de ramo de atuação seja pertinente ao objeto desta licitação e desde que atendam a todos os requisitos estabelecidos neste projeto, seus anexos e legislação em vigor.

11.16. A CONTRATADA deverá disponibilizar durante o prazo de vigência do contrato, usuário e senha de acesso ao site da fabricante, com direito a acesso a documentação, suporte técnico e download de atualizações de software sem custo adicional.

11.17. A verificação dos recursos, capacidades e facilidades operacionais disponíveis para o objeto proposto, dar-se-á com base nas informações, catálogos, folhetos e manuais técnicos ou endereço na Internet, incluindo especificações físicas e requisitos necessários à instalação, quando for o caso. Para tanto, a PROPONENTE deverá informar o endereço na Internet (URL) para consulta ou anexar propostas, catálogos, folhetos e manuais técnicos, devendo identificar nos documentos apresentados a localização da descrição e/ou detalhamento dos recursos disponíveis.

11.18. Os documentos (catálogos, folhetos e manuais) apresentados deverão estar relacionados e numerados na proposta, sendo desconsiderados os documentos que não permitam a identificação, de forma clara, do objeto proposto.

11.19. As documentações dos projetos deverão ser apresentadas em mídia digital (CD ou DVD). Os arquivos das plantas deverão ser gravados com extensão "dwg" e "plt", os arquivos de texto com extensão "odt" ou "doc" e os arquivos de planilhas com extensão "ods" ou "xls". Também deverá ser entregue 02 (duas) cópias de todos os projetos em papel A0.

11.20. As especificações técnicas requeridas são exigências mínimas, podendo ser aceitas configurações cujas especificações caracterizam-se como superiores.

11.21. O Pregoeiro pode solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares.

11.22. Caso os dados da solução não sejam compatíveis com os sistemas da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar as devidas alterações/correções para permitir esta integração, sem ônus para a CONTRATANTE.

11.23. A solução fornecida pela CONTRATADA deverá atender obrigatoriamente a todos requisitos da RECEITA FEDERAL DO BRASIL, através da Portaria nº 30, de 26 de Junho de 2012 e Portaria nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

11.24. Todas as características técnicas obrigatórias deverão ser comprovadas através de catálogos, manuais e folders do fabricante de cada componente do equipamento, os quais deverão ser entregues juntamente com as respectivas propostas técnicas. Os catálogos, manuais e declarações não serão devolvidos. Também será aceita cópia de página da Internet que comprove as especificações de cada componente;

11.25. Não será aceito de forma alguma, sob pena de desclassificação da Licitante, a cópia das especificações do Termo de Referência ou Edital e transcrito para papel timbrado da Licitante como forma de apresentação do item 11.27.

11.26. Manuais: Acompanhada do respectivo manual do fabricante contendo especificações técnicas, resoluções de problemas e rotinas de instalação, para todos os componentes, escritos em português Brasil.

11.27. Deve ser fornecido o projeto da balança, com a seguinte documentação básica:

- Planta com plano de cargas para a obra civil (fundação da balança)
- Projeto de ferragem da plataforma (armação da plataforma)
- Layout informativo do IPEM
- Layout de instalações elétricas

11.28. Critério de aceitação provisória do objeto

11.29. Todos os equipamentos deverão ser entregues, lacrados, em embalagem original de fábrica (não violada).

12. VISITA TÉCNICA

12.1. Fica facultada à PROPONENTE a realização de vistoria técnica ao local, a fim de levantamento das instalações existentes de modo a lhes propiciar todos os elementos necessários à formulação da proposta. Da visita técnica será fornecido ATESTADO DE VISITA TÉCNICA. A não realização da vistoria técnica por parte da PROPONENTE NÃO inabilita a empresa na continuidade do certame. Para o agendamento da vistoria técnica, a PROPONENTE deve enviar pedido formal com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para o e-mail: jeancarloportela@gmail.com ou através do telefone (86) 99429 6549 (Débora) de Segunda a Sexta-feira no horário de 08 às 13h. O agendamento será feito de acordo com disponibilidade da CONTRATANTE.

12.2. Poderão participar da vistoria técnica, no máximo, 03 (três) profissionais devidamente identificados como parte do corpo funcional da PROPONENTE. No pedido de vistoria técnica deverá constar nome completo, documento de identidade e cargo dos profissionais.

12.3. As vistorias técnicas poderão ser realizadas a partir da data de publicação do edital que rege esta licitação, até o dia anterior a abertura do certame, após visita, será emitido pela CONTRATANTE um ATESTADO DE VISITA TÉCNICA em nome da PROPONENTE. Serão permitidas somente visitas técnicas com prévio agendamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. O CONTRATADO obriga-se a:

13.1.1. Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos no Termo de Referência e contrato, bem como obedecidos todas as exigências do Edital.

13.1.2. Entregar todos os equipamentos lacrados e em embalagem original de fábrica (não violada).

13.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, qualquer equipamento em que se verificar alguma desconformidade ou vício.

13.1.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 164 do RILC da Companhia.

13.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

13.1.6. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

13.1.7. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

13.1.8. Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

13.1.9. Em nenhuma hipótese veicular publicamente ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

13.1.10. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

13.1.11. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Companhia ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

14.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

14.1.2. Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos produtos seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e Contrato.

14.1.3. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.

14.1.4. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos produtos.

14.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

14.1.6. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

14.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva do produto.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente, contados da entrega e recebimento definitivo, por cada item, do objeto devidamente atestado e mediante apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e Nota Fiscal respectiva sob a forma de crédito em conta corrente do fornecedor, somente admitindo o reajustamento de preços nos casos contemplados na Lei 10.192/2001 ou nos casos previstos neste Edital.

15.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

15.2. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos no Edital da Licitação.

15.3. Na hipótese de irregularidades no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

15.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quando os impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.7. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

15.8. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

15.9. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

15.10. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

15.11. Cronograma Físico Financeiro

CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO			
Equipamentos/Serviços		Cronograma	
1	Fornecimento dos documentos e desenhos dimensionais, de orientação e de especificação das obras civis e de infraestrutura necessárias à instalação do Sistema	Pgto	Dias úteis ¹
		5%	05
2	Fornecimento e montagem das estruturas, componentes e acessórios não eletrônicos	60%	55 ²
3	Fornecimento e montagem das estruturas, componentes e acessórios eletrônicos e de tratamento da informação	30%	90 ³
4	Calibração, Aferição e testes operacionais	5%	120

¹contados da data de autorização para o início dos trabalhos.

²ou, no máximo, 30 dias corridos após o recebimento dos equipamentos, na hipótese de impossibilidade de execução dos serviços de instalação em decorrência da não conclusão das necessárias obras de infraestrutura sob responsabilidade da Contratante

³ou, no máximo, 30 dias corridos após o recebimento dos equipamentos, na hipótese da impossibilidade de execução dos serviços em decorrência da não conclusão das necessárias obras de infraestrutura sob responsabilidade da Contratante

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Será apresentada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, garantia de execução do Contrato em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, correspondente a 1% (um por cento) do valor global do Contrato.

16.2. A devolução da garantia estabelecida neste Instrumento será feita no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do objeto de CONTRATO.

16.3. No caso de rescisão do contrato e/ou de paralisação dos serviços, a garantia não será devolvida, a menos que estes fatos ocorram por conveniência da COMPANHIA, por mútuo acordo e após acerto financeiro entre o contratante e contratada.

17. DA RESCISÃO DO CONTRATO:

17.1. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 203 a 206 do RILCC da Companhia.

17.2. A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Companhia;

III - judicial, nos termos da legislação.

17.3. A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17.4. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

17.5. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

17.6. A rescisão por ato unilateral da Companhia acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento:

I - assunção imediata do objeto contratado pela Companhia, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Companhia;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Companhia.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RILC e na Lei nº 13.303/2016:

a) advertência;

b) multa moratória;

c) multa compensatória;

d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;

e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia, por até 02 (dois) anos.

18.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com a dos incisos “b”, “c” e “d”.

18.3. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 208 do RILC da Companhia, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas nesta cláusula.

18.4. A aplicação das penalidades previstas neste item realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RILC da Companhia.

18.5. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

18.6. Da sanção de advertência:

18.6.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

18.6.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 18.5.

18.7. Da sanção de multa:

18.7.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) em decorrência da prática, por parte do contratado, das condutas elencadas no artigo 210, I e II do RILC da Companhia deverá ser aplicada multa correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;

b) multa moratória de 3% por atraso injustificado na entrega da garantia contratual;

c) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias;

d) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 30 (trinta) dias.

d.1) esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

e) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), no caso de inexecução parcial do Contrato;

f) multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do Contrato;

g) multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;

h) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.7.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configura repetição da sanção (bis in idem).

18.7.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado, quando houver. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Companhia ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.7.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

18.8. Da sanção de suspensão:

18.8.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado prejuízo à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

18.8.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia por até 2 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 211 a 217 do RILC da Companhia e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas – CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

19. DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

19.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

19.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos– Anexo I do Termo de Referência.

19.2. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos –Anexo I do Termo de Referência.

20. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação pertinente ao tema, a fim de cumprir o disposto no art. 4º, §1º do RILC da Companhia.

20.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a COMPANHIA, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

21. DO FORO

21.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o de Parnaíba-PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedora farão parte integrante do Contrato, independentemente da transcrição.

22.2. Fica assegurado à Companhia, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o contrato, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, respeitados os direitos das licitantes, em especial o contraditório e a ampla defesa.

22.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencem-se os prazos somente em dias e horários de expediente normais.

22.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 13.303/2016, RILC da Companhia e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93.

Teresina (PI), 23 de fevereiro de 2021.

Jean Carlo Portela
Companhia Administradora da ZPE Parnaíba-PI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2021

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA PARA A ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA – ZPE PARNAÍBA.

A **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA**, com sede administrativa na cidade de Parnaíba (PI), na Rua Dom Pedro I, s/n, antiga estrada do Fio Telégrafo, bairro Primavera, portadora do CNPJ/MF nº 13.031.118/0001-29, neste ato representada por seu Presidente, Sr. xxxxxx, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Advogado, inscrito no CPF nº XXX e RG nº XXXX, residente e domiciliado na XXX, adiante denominada abreviadamente de **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXX**, CNPJ nº XXX, neste ato, representada por **XXX**, brasileiro, casado, inscrito no CPF, sob nº CPF nº xx, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KIT DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ZPE – PARNAÍBA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

1.2. A contratação do objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, adjudicação e homologação do certame licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021.

1.3. Integram e complementam este Termo de Contrato, no que não o contraria, o ato convocatório, a proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata a cláusula anterior.

1.4. Os serviços contratados compreendem aqueles expostos anteriormente no Termo de Referência que é parte integrante a este contrato, no qual deverão ser cumpridos fielmente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1. O prazo total do fornecimento, incluindo fornecimento, instalação, configuração, ativação, dos equipamentos e treinamento não deverá ultrapassar 90 (noventa dias) a partir do recebimento da ordem de serviço/recebimento.

2.2. Após a entrega do objeto e aceitação técnica da CONTRATANTE, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, em conformidade com o Termo de Referência.

2.2.1. Prazos por etapa:

a) Após assinatura do contrato, a CONTRATADA em conjunto com a CONTRATANTE, terá 03 (três) dias úteis para realizar vistoria técnica no local afim de determinar o posicionamento exato do sistema de automação e o seu local de fixação.

b) A CONTRATADA poderá propor, se for o caso, as adequações que julgar necessárias para melhor atendimento das funcionalidades e exigências de segurança do local.

c) Após a vistoria técnica a CONTRATADA deverá preparar plano de execução em até 10 (dez) dias antes do início dos serviços.

d) Deverão ser apresentadas de forma clara as quantidades, marcas, modelos (quando aplicável, apresentar identificação e comprovação do INMETRO da aprovação do modelo), especificações e catálogos de todos os materiais, equipamentos e sistemas de informática previstos para execução e entrega da solução.

e) Após o fornecimento completo do objeto licitado será realizada vistoria técnica por equipe designada pela CONTRATANTE.

f) O prazo máximo para a vistoria será de 10 (dez) dias a contar da data de entrega do projeto. No caso de não aceite de qualquer dos serviços realizados, a CONTRATADA deverá realizar as correções dentro do prazo para fornecimento do objeto constante no Termo de Referência, sendo ainda válido o mesmo tempo acima citado para uma nova vistoria. Efetuada as correções ou não havendo pendências por parte da contratada, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo

g) Cabe ao CONTRATANTE designar comissão que fará a verificação da originalidade dos acessórios e itens exigidos no Termo de Referência do Edital do **Pregão Eletrônico n.º XXX**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, LOCAIS DE ENTREGA E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.3. O objeto desta licitação deverá ser entregue no local e condições indicados no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CONDIÇÕES DE SUPORTE E GARANTIA, DA MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1- A garantia mínima dos serviços e equipamentos é de no mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. O CONTRATADO obriga-se a:

5.1.1. Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos no Termo de Referência e contrato, bem como obedecidos todas as exigências do Edital.

5.1.2. Entregar todos os equipamentos lacrados e em embalagem original de fábrica (não violada).

5.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, qualquer equipamento em que se verificar alguma desconformidade ou vício.

5.1.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 164 do RILC da Companhia.

5.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

5.1.6. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

5.1.7. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

5.1.8. Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

5.1.9. Em nenhuma hipótese veicular publicamente ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

5.1.10. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação mantendo sempre o SICAF em situação regular. A ausência da regularização do SICAF, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

5.1.11. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

6.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

6.1.2. Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos produtos seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e Contrato.

6.1.3. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.

6.1.4. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos produtos.

6.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.1.6. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

6.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva do produto

CLÁUSULA SETIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. A Contratada poderá subcontratar, parcialmente, alguma parte deste Contrato, devendo executar o objeto deste Edital sem transferir a outrem a responsabilidade contratada.

7.1.1. Ao que se refere o item acima, aplica-se em casos dispensados pelos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/06;

CLÁUSULA OITAVA - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da entrega do objeto será exercida por representante do CONTRATANTE, através de uma comissão de, no mínimo 03 membros, ao qual competirá ainda dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA através de lavratura de termo circunstanciado no recebimento.

8.2. A fiscalização que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

8.3. A contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente do Contratante.

8.4. A presença da fiscalização do Contratante não elide e nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

8.5. De acordo com os termos legais, o objeto desta contratação será recebido e fiscalizado mediante termo circunstanciado e atesto de recebimento na respectiva Nota Fiscal/ Fatura discriminada, em 2 (duas) vias.

8.6. Será designada comissão através de portaria para recebimento do material objeto desta contratação.

CLÚSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta de Recursos Próprios da Companhia.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme conveniência e oportunidade da CONTRATANTE, nos moldes do art. 71, da Lei nº 13.303/16. O prazo de execução será de **120 (cento e noventa) dias**, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

10.1.1. Os aditamentos provenientes deste Contrato somente poderão ser efetuados, observando-se as disposições legais do art. 72 da Lei Federal nº 13.303/16.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RILC e na Lei nº 13.303/2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia, por até 02 (dois) anos.

11.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com a dos incisos “b”, “c” e “d”.

11.3. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 208 do RILC da Companhia, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas nesta cláusula.

11.4. A aplicação das penalidades previstas neste item realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RILC da Companhia.

11.5. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

11.6. Da sanção de advertência:

11.6.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

11.6.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 11.5.

11.7. Da sanção de multa:

11.7.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) em decorrência da prática, por parte do contratado, das condutas elencadas no artigo 210, I e II do RILC da Companhia deverá ser aplicada multa correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;

- b) multa moratória de 3% por atraso injustificado na entrega da garantia contratual;
- c) multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), por dia de atraso na execução dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias;
- d) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), por dia de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea anterior, até o limite de 30 (trinta) dias.
 - d.1) esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- e) multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre (o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato), no caso de inexecução parcial do Contrato;
- f) multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do Contrato;
- g) multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do Contrato;
- h) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.7.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configura repetição da sanção (bis in idem).

11.7.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado, quando houver. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Companhia ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.7.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

11.8. Da sanção de suspensão:

11.8.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado prejuízo à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

11.8.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia por até 2 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 211 a 217 do RILC da Companhia e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas – CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente, contados da entrega e recebimento definitivo, por cada item definido no Cronograma Financeiro constante no Termo de Referência, devidamente atestado e mediante apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e Nota Fiscal respectiva sob a forma de crédito em conta corrente do fornecedor, somente admitindo o reajustamento de preços nos casos contemplados na Lei 10.192/2001 ou nos casos previstos neste Edital.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.3. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

12.4. Na hipótese de irregularidades no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.6. Sobre o valor devido ao contratado, a Companhia efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

12.7.A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quando os impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.8. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

12.9. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

12.10. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

12.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100)

365

II= 0,00016438

TX = Percentual da taxa

anual = 6%.

12.12. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

13.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº XXXX e seus anexos, realizado com fundamento na Lei nº 10.520/2002, a Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Administradora da ZPE Parnaíba, e ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Durante a vigência dos contratos os preços se manterão fixos e irremovíveis, salvo os casos constantes do art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano, ficando estabelecido o reajuste anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE.

14.1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Será apresentada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, garantia de execução do Contrato em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, correspondente a 1% (um por cento) do valor global do Contrato.

15.2. A devolução da garantia estabelecida neste Instrumento será feita no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do objeto de CONTRATO.

15.3. No caso de rescisão do contrato e/ou de paralisação dos serviços, a garantia não será devolvida, a menos que estes fatos ocorram por conveniência da COMPANHIA, por mútuo acordo e após acerto financeiro entre o contratante e contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

16.1. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste contrato, em observância ao art. 81, §1º da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 203 a 206 do RILCC da Companhia.

Art. 17.2. A rescisão do contrato poderá ser:

17.2.1. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

17.2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Companhia;

17.2.3. judicial, nos termos da legislação.

17.2.4. A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17.2.5. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de 90 (noventa) dias.

17.2.6. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

17.2.7. A rescisão por ato unilateral da Companhia acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento:

I - assunção imediata do objeto contratado pela Companhia, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Companhia;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Companhia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO -

18.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso das partes, por toda a legislação federal aplicável, especialmente nas Leis 13.303/2016 e 10.520/10, pelo RILC da Companhia e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado do extrato deste Contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subsequentes àquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Parnaíba - PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.1 - E, por estarem assim justos e acordados com tudo o que aqui foi expresso, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais necessários.

Parnaíba (PI) , de de 2021.

CONTRATADA CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021/ZPE

ANEXO III - MODELO PARA FORMULAR PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DA LICITANTE Razão Social/Nome: Endereço: CEP: CNPJ/CPF/MF: Fone: () Email: Representante Legal que assina o contrato (nome completo, naturalidade, estado civil, profissão, inscrição no CPF/MF e endereço residencial com CEP):

ITEM 1 – KIT DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Total
01	KIT DE SISTEMA AUTOMATIZADO DE PESAGEM E CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS DE CARGA (INCLUIDA TODA A DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA)	01	

- Fornecer a descrição de todos os equipamentos propostos em conformidade com o Termo de Referência.
- Preço total da proposta em R\$ por extenso:
- Validade da Proposta:
- Prazo de execução:
- Garantia:
- Valor total estimado por extenso: R\$ XXXXX (xxxxxx).
- O valor engloba o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que venham a incidir sobre o objeto e o pessoal dela incumbido além dos demais custos direto e indiretos com matérias, serviços e mão de obra especializada, encargos sociais e trabalhistas.
- DADOS BANCÁRIOS Banco: Agência: Conta: Fone: () Fax: () Local e data: Assinatura/Carimbo Observação 1: Emitir em papel timbrado da licitante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021/ZPE

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

(Timbre ou dados da empresa)

À COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE PARNAIBA - PI.

Ref.: PREGÃO ELETRONICO Nº 0XX/2021

Processo nº. 0XX/2021

_____ (razão social da licitante), CNPJ nº
_____, estabelecida no(a) _____,

_____,
neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____

(representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a
função/cargo na empresa), portador(a) de CI/RG nº _____, CPF nº

_____, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do
objeto do PREGÃO ELETRONICO Nº **XX/2021** e concorda com todas as exigências contidas
no Edital e anexos, que OPTOU por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução dos
serviços, que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão e SE COMPROMETE a prestar
fielmente os serviços nos termos do Edital, dos Projetos Básico e Executivos e dos demais
anexos que compõem o processo da presente licitação.

(Local e data)
Assinatura e carimbo
(Responsável)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE PARNAIBA - PI.
Ref.: PREGÃO ELETRONICO Nº 0XX/2021
Processo nº. 0XX/2021

Em atendimento ao Edital da Pregão nº 0XX/20XXX, declaramos que o profissional indicado, engenheiro _____ (CREA Nº _____), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora.

(local e data)
Assinatura e Carimbo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

ANEXO VI – MATRIZ DE RISCO

MATRIZ DE RISCOS - ZPE PARNAÍBA									
Aquisição e instalação de Kit de Sistema Automatizado para Pesagem e Controle de Acesso de Veículos de Carga incluindo garantia.								DATA	
								23/02/2021	
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO (1)	DESCRIÇÃO DO RISCO (2)	ÁREA (3)	CAUSAS (4)	PROBABILIDADE (5)	IMPACTO (6)	NÍVEL DE RISCO	MITIGAÇÃO (8)	PLANO DE AÇÃO (9)
1	Falta de Orçamento para execução dos serviços	A não previsão de recursos para os serviços no Orçamento	Todos os Setores - ZPE	Falta de Planejamento Financeiro	OCASIONAL	MÉDIO	ALTO	1) Estudo de demanda das necessidades setoriais anuais; 2) Elaboração de Planejamento Financeiro com revisões trimestrais.	1) Nomear a equipe setorial responsável pelo estudo financeiro; 2) Acompanhamento mensal por cada setor.
2	Falta de aderência do Cronograma Físico-Financeiro com a execução física	Não previsto o serviço no orçamento, consequentemente falta de controle físico do serviço	Fiscalização - ZPE; Contratada	Falta de Orçamento / Falta de Projeto Básico e/ou executivo / Falta de controle físico da Contratada	OCASIONAL	ALTO	ALTO	1) Acompanhamento diário/semanal por parte do setor responsável para que o cronograma seja atendido; 2) Supervisão e monitoramento da contratada quanto a execução dos serviços.	1) Desenvolver métodos para que a execução reflita o cronograma; 2) Métodos e Equipes de Gerenciamento e Fiscalização.
3	Projeto Básico Incompleto	TR com falta de especificações para a correta execução dos serviços / Quem executa o serviço não ter o conhecimento amplo do contrato e consequentemente ter reivindicações futuras não previstas em orçamento, ocasionando ônus para a Companhia.	Área Técnica - ZPE; Contratada	Falha na área técnica	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	1) Diretrizes definidas e planejadas na ZPE; 2) Descrição/Especificação correta do objeto/projeto.	1) Elaborar plano de ação/projeto de curto médio e longo prazo; 2) Contratação de consultoria de projetos.
4	Acervo Técnico ou Qualificação Técnica	Em casos de sinistros, a empresa não ter expertise de prever ou solucionar o problema com profissionais qualificados.	Área técnica - ZPE; Contratada; Terceiros	Empresas Contratadas sem apresentar acervo técnico e qualificação técnica para execução dos serviços.	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	1) Definição adequada de fornecedores/prestadores de serviços da Contratada; 2) Qualificação correta de prestadores de serviços.	1) Elaboração de cadastro de fornecedores/prestadores de serviços da Contratada.
5	Licitação Deserta	Em caso de não aparecer nenhuma empresa para participar do certame	Área técnica - ZPE; Contratada;	Não contratação de empresa para executar o objeto da licitação.	BAIXO	ALTO	ALTO	1) Elaboração de um edital viabilizando um maior número de empresas participantes.	1) Publicidade do edital; 2) Preparar o edital com o objetivo de abranger o máximo de empresas possível.
6	Atraso de Materiais para Execução de Serviços	Caso haja atraso no envio de insumos por parte dos fornecedores / atraso na produção dos equipamentos	Contratada	Pode ocasionar atraso na execução dos serviços	MÉDIO	ALTO	ALTO	1) Um bom entendimento das especificações do projeto para saber exatamente quais materiais serão necessários para execução do objeto.	1) Fazer pedido dos materiais com antecedência, já prevendo um possível atraso de fornecedores.
7	Necessidade de Retrabalho dos serviços já executados	Caso haja divergência entre serviços executados e projeto, será necessário substituição de equipamentos	Área técnica - ZPE; Contratada;	Pode ocasionar atraso na execução da obra	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	1) Necessário uma boa leitura de projeto para uma execução sem erros.	1) Fiscalização rigorosa do setor técnico da Contratante aliada a excelência da execução da contratada.